

Brazilian Securities Companhia de Securitização
Demonstrações Financeiras - Dezembro de 2015

01 de fevereiro de 2016

Brazilian Securities Cia de Securitização

Relatório da Administração – 2015

01 de fevereiro de 2016

SENHORES ACIONISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Informações Anuais relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Informações Anuais.

CENÁRIO ATUAL

A Companhia passou a ser controlada, diretamente, pelo Banco PAN, a partir de 30/09/2015. Anteriormente, a BS era controlada direta da Pan Holding S.A..

A empresa atua no segmento de securitização de créditos, através de aquisição de créditos imobiliários e do agronegócio para emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), respectivamente.

A economia brasileira vem apresentando desempenho fraco e, neste sentido, o setor imobiliário também reviu suas expectativas de crescimento, embora uma retomada seja esperada no médio e longo prazo, aumentando o número de lançamentos imobiliários, expansão de vendas e maior disponibilidade de crédito para o comprador de imóvel. Ainda sobre o momento atual, os resgates líquidos observados no SBPE, representam um estímulo ao mercado de securitização. Neste contexto, os mecanismos de captação de recursos para o mercado imobiliário (Fundos de Investimento Imobiliário, CRIs, etc) têm se tornado instrumentos cada vez mais importantes para o continuado crescimento do setor.

O mercado de emissão de CRAs vem se desenvolvendo e a Companhia passou a atuar neste segmento.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia adquiriu durante o 4T15 R\$ 1.852 mil de créditos imobiliários do mercado a serem utilizadas para lastrear novas emissões de CRIs pulverizados. Durante o ano de 2015, este montante foi de R\$ 90.429 mil.

Quanto às emissões, a Companhia emitiu no 4T15 CRIs no montante de R\$ 94.180 mil, comparados a R\$ 221.407 mil no 4T14, e no 3T15 não houve emissões. Durante o ano de 2015, as emissões foram de R\$ 176.857 mil. No mercado de CRAs, a companhia iniciou sua atuação com um volume de R\$ 700.000 mil no 4T15.

R\$ mil	4T15	3T15	4T14	2015	2014
Aquisições de CCI	1.852	21.128	63.063	90.429	102.381
Emissões de CRI Pulverizado	94.180	-	24.862	123.858	24.862
Emissões de CRI Estruturado	-	-	196.545	53.000	830.346
Total de Emissões de CRI	94.180	-	221.407	176.858	855.208
Emissões de CRA	700.000	-	-	700.000	-
Total de Emissões de CRI e CRA	794.180	-	221.407	876.858	855.208

O saldo de Recebíveis Imobiliários em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 54.761 mil, comparado a R\$ 144.864 mil em 30 de setembro de 2015 e R\$ 153.294 mil em 31 de dezembro de 2014.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 8.704.197 mil, comparado a R\$ 9.053.123 mil em 30 de setembro de 2015 e R\$ 9.718.376 mil em 31 de dezembro de 2014, sendo que os respectivos

Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 8.788.892 mil em 31 de dezembro de 2015, comparados a R\$ 9.134.973 mil em 30 de setembro de 2015 e R\$9.797.053 mil em 31 de dezembro de 2014.

O volume de carteiras securitizadas com coobrigação em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 6.182 mil, comparado a R\$ 6.452 mil em 30 de setembro de 2015 e R\$ 7.768 mil em 31 de dezembro de 2014, sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 8.633 mil em 31 de dezembro de 2015, comparados a R\$ 8.912 mil em 30 de setembro de 2015 e R\$ 10.420 mil em 31 de dezembro de 2014 (série 95-96). Adicionalmente, a respectiva série possui aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo desembolsado do contrato de empréstimo A/B de até USD 125 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”) e com o BID na condição de administrador do China Co-Financing Fund for Latin America and the Caribbean era de US\$ 40 milhões, equivalentes a R\$ 154.730 mil a mercado.

A Demonstração do Resultado apresentou, no 4T15, um lucro líquido de R\$ 4.248 mil, comparado a um lucro de R\$ 3.139 mil no 3T15 e prejuízo líquido de R\$ 4.435 mil no 4T14. No ano de 2015, a companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 7.159 mil.

Em 28/12/2015, os dividendos de R\$ 2.070 mil aprovados na AGOE de 30/04/2015 foram pagos aos acionistas.

O saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 221.732 mil, já considerando provisão de proposta de dividendos no montante de R\$ 1.700 mil.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Anuais e Demonstrações Financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Brazilian Securities no trimestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 1 de fevereiro de 2016.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		83.614	136.877
Caixa e equivalente de caixa	3	2.621	7.460
Ativos financeiros para negociação		28.244	91.518
Recebíveis imobiliários	5	28.244	61.246
Derivativos	8	-	30.272
Ativos financeiros disponíveis para venda		31.644	5.439
Instrumentos de dívida	4	31.644	5.439
Empréstimos e recebíveis		8.523	30.223
Instrumentos de dívida	4	6.098	27.780
Outros empréstimos e recebíveis	6	2.425	2.443
Outros ativos	7	12.582	2.237
NÃO CIRCULANTE		326.466	202.248
Ativos financeiros para negociação		46.020	99.816
Recebíveis imobiliários	5	32.699	99.816
Derivativos	8	13.321	-
Ativos financeiros disponíveis para venda		185.180	45.738
Instrumentos de dívida	4	185.180	45.738
Empréstimos e recebíveis		57.924	24.854
Instrumentos de dívida	4	49.491	14.643
Benefício residual em operações securitizadas	27	8.433	10.211
Impostos		35.846	31.352
Correntes		27.105	20.651
Diferidos	11	8.741	10.701
Outros ativos	7	899	-
PERMANENTE		597	488
Intangível		597	488
Outros ativos intangíveis	26.c	597	488
TOTAL DO ATIVO		410.080	339.125

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		18.339	108.617
Passivos financeiros para negociação		-	145
Derivativos	8	-	145
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.096	66.614
Obrigações por empréstimos no Exterior	10	1.096	66.614
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.555	1.042
Recursos de emissão de títulos	9	1.555	1.042
Passivos fiscais		3.772	4.756
Correntes	12	3.772	4.756
Outros passivos	13	11.916	36.060
Obrigações por aquisição de recebíveis		3.582	21.904
Diversos		8.334	14.156
NÃO CIRCULANTE		170.009	17.917
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		153.634	-
Obrigações por empréstimos no Exterior	10	153.634	-
Passivos financeiros ao custo amortizado		7.078	9.378
Recursos de emissão de títulos	9	7.078	9.378
Passivos fiscais		7.615	6.933
Diferidos	11.b	7.615	6.933
Outros passivos	13	1.682	1.606
Obrigações por aquisição de recebíveis		732	1.606
Diversos		950	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	221.732	212.591
Capital social		174.201	170.229
Reservas de capital		17.048	17.048
Reservas de lucros		35.342	29.883
Ajustes de avaliação patrimonial		(887)	(4.569)
Ágio em transações de capital		(3.972)	-
TOTAL DO PASSIVO		410.080	339.125

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		17.349	32.366
- Receitas com juros e similares	15	74.920	66.676
- Despesas com juros e similares	16	(57.571)	(34.310)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(357)	-
Benefício residual em operações securitizadas	17	7.564	6.657
Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros	19	18.582	(4.693)
Receita de prestação de serviços	18	1.728	3.070
RECEITAS LÍQUIDAS COM JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS		44.866	37.400
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(28.917)	(18.760)
Despesas com pessoal	21	(15.833)	(8.634)
Outras despesas administrativas	22	(13.084)	(10.126)
Despesas tributárias	23	(5.609)	(4.869)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	1.369	1.553
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		11.709	15.324
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(749)	(2.159)
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		10.960	13.165
Imposto de renda e contribuição social	11	(3.801)	(4.451)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.916)	(4.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(885)	48
LUCRO LÍQUIDO		7.159	8.714
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO		7.159	8.714
Ações ordinárias		0,09194	0,11191

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
LUCRO LÍQUIDO	7.159	8.714
Outros componentes do resultado abrangente		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ajuste ao valor de mercado	5.580	13.462
Impostos diferidos	(1.898)	(4.577)
Total de outros componentes do resultado abrangente	3.682	8.885
Total do resultado abrangente do exercício	<u>10.841</u>	<u>17.599</u>
Atribuível		
Acionistas da Companhia	10.841	17.599
TOTAL	<u>10.841</u>	<u>17.599</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
RECEITAS	45.947	39.718
Receita líquida com juros	17.349	32.366
Benefício residual em operações securitizadas	7.564	6.657
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(357)	-
Prestação de serviços	1.728	3.070
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	18.582	(4.693)
(Perdas) ganhos líquidos com a baixa de ativos e passivos	(288)	765
Outras receitas operacionais líquidas	1.369	1.553
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(12.885)	(12.313)
Materiais, energia e outros	(26)	(18)
Serviços de terceiros	(7.578)	(5.405)
Perda/Recuperação de valores ativos	(461)	(2.924)
Outras	(4.820)	(3.966)
Propaganda, publicidade, publicações	(699)	(696)
Serviços do sistema financeiro	(1.966)	(1.257)
Comunicações	(67)	(109)
Processamento de dados	(925)	(910)
Cartório	(934)	(803)
Outras	(229)	(191)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	33.062	27.405
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	33.062	27.405
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	33.062	27.405
Pessoal	13.136	7.266
Remuneração direta	11.746	5.387
Benefícios	983	1.419
FGTS	407	460
Impostos, taxas e contribuições	12.107	10.688
Federais	10.174	8.950
Municipais	1.933	1.738
Remuneração de capitais de terceiros	660	737
Aluguéis	660	737
Remuneração de capitais próprios	7.159	8.714
Lucro líquido	7.159	8.714

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ágio em transações de capital	Prejuízo/Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital	Reserva legal	Reservas para expansão				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	170.229	17.048	7.748	22.135	(4.569)	-	-	212.591
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	7.159	7.159
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.682	-	-	3.682
Aumento de capital	3.972	-	-	-	-	(3.972)	-	-
Contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas								
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	14	-	-	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Reservas de lucro	14	-	358	5.101	-	-	(5.459)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	174.201	17.048	8.106	27.236	(887)	(3.972)	-	221.732
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	100.229	17.048	7.313	95.926	(13.454)	-	-	207.062
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	8.714	8.714
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	8.885	-	-	8.885
Contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas								
Aumento de capital	70.000	-	-	-	-	-	-	70.000
Dividendos extraordinários	-	-	-	(80.000)	-	-	-	(80.000)
Destinações:								
Dividendos propostos	14	-	-	-	-	-	(2.070)	(2.070)
Reservas de lucro	14	-	435	6.209	-	-	(6.644)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	170.229	17.048	7.748	22.135	(4.569)	-	-	212.591

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos efeitos tributários	10.960	13.165
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa líquido das atividades operacionais		
Perda por <i>impairment</i>	461	2.924
Perdas (ganhos) líquidos com a baixa de ativos e passivos	288	(765)
(Ganhos) perdas com ativos e passivos financeiros	(18.582)	4.693
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	357	-
Constituições/reversão de provisão para contingências	574	(138)
	(5.942)	19.879
Variação de Ativos e Passivos:		
(Aumento) Redução de instrumentos de dívida	(175.130)	152.624
Redução de recebíveis imobiliários	99.762	40.323
Redução de benefício residual em operações securitizadas	1.778	2.947
Redução (Aumento) de outros empréstimos e recebíveis	18	(2.668)
Redução (Aumento) de derivativos ativos	35.533	(8.010)
(Aumento) Redução de créditos tributários	(3.358)	10.178
(Aumento) Redução de outros ativos	(11.993)	2.269
Redução de derivativos passivos	(145)	(79)
Redução de recursos de emissão de títulos	(1.787)	(2.509)
Redução de passivos fiscais	(4.102)	(13.950)
Redução de outros passivos	(24.644)	(2.910)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.136)	(9.740)
Caixa (usado) proveniente (nas) das atividades operacionais	(91.146)	188.354
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aplicações no intangível	(109)	-
Caixa líquido (usado) (nas) atividades de investimento	(109)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos/propostos	(1.700)	(82.070)
Aumento de capital	-	70.000
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos	88.116	(171.777)
Caixa gerado proveniente (usado) das (nas) atividades de financiamento	86.416	(183.847)
Fluxos de caixa (usados) gerados no exercício	(4.839)	4.507
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.460	2.953
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	2.621	7.460
Informações complementares sobre o fluxo de caixa		
Juros pagos	(11.630)	(1.027.433)
Juros recebidos	36.571	28.144

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (“BS”, “Companhia” ou “Instituição”), controlada direta do Banco Pan S.A. (“Banco PAN”), foi constituída em 10/04/2000. Tem como objetivo social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e do agronegócio e, securitização através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRIs e/ou CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e/ou recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs e/ou dos CRAs. Para a Série 95 e 96, a Companhia responde por eventual insuficiência de recursos para liquidação financeira dos CRIs (descritas na Nota 4).

As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura corporativa única do Banco PAN que provê, de forma integrada, toda a base tecnológica, o processamento e os controles, operacional, comercial, administrativo, financeiro e legal necessários à realização das suas diversas atividades no ramo imobiliário. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos e passivos financeiros para negociação (inclusive instrumentos derivativos), e os outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos pelo seu valor justo contra o resultado do período. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo contra patrimônio líquido, na rubrica ajuste de avaliação patrimonial.

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativa e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das informações, bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório. O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valor justo, mensuração de valor recuperável de ativos, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Os resultados efetivos podem variar em relação às estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2n.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram basicamente os seguintes:

a) Transações em moeda estrangeira:

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

b) Definições e classificação dos instrumentos financeiros:*i. Definições*

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

ii. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento.

iii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Companhia. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação, e derivativos não designados como instrumentos de cobertura em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
- Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das informações, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. São demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção de eventuais perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, deduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
- **Investimentos mantidos até o vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo. Em 31/12/2015, a Companhia não possui ativos financeiros classificados nessa categoria.

v. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- “Caixa e equivalente de caixa”: saldos de caixa e de depósitos à vista.
- “Instrumentos de dívida”: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- “Recebíveis imobiliários”: inclui carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de certificados de recebíveis imobiliários.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor da Companhia dos derivativos que foram designados parcialmente como instrumento de cobertura em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- “Benefício residual em operações securitizadas”: corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.
- “Outros empréstimos e recebíveis” e “Outros ativos”: referem-se basicamente aos saldos a receber junto a “Clientes” e entidades não consideradas como “Instituições Financeiras”.

A composição dos ativos financeiros é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras ao valor justo		
Ativos financeiros para negociação		
Recebíveis imobiliários (nota 5)	60.943	161.062
Derivativos (nota 8)	13.321	30.272
Total	74.264	191.334
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida (nota 4)	185.542	51.177
Total	185.542	51.177
Clientes		
Empréstimos e recebíveis		
Instrumentos de dívida (nota 4)	86.871	42.423
Outros empréstimos e recebíveis (nota 6)	2.425	2.443
Benefício residual em operações securitizadas (nota 27)	8.433	10.211
Total	97.729	55.077
Total geral	357.535	297.588

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados como instrumentos de cobertura em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
- Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros híbridos não classificados como “para negociação” e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os passivos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pela Companhia.

vii. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- “Derivativos”: inclui o valor justo passivo da Companhia, dos derivativos que foram designados parcialmente como instrumento de cobertura em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge (hedge accounting)*.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Obrigações por empréstimos no País e no Exterior”: inclui a captação de recursos junto a instituições no País e no Exterior. Parte dos empréstimos no Exterior é objeto de *hedge accounting*.

A composição dos passivos financeiros é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Outros		
Passivos financeiros para negociação - Derivativos (nota 8)	-	145
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Obrigações de empréstimos no Exterior (nota 10)	154.730	66.614
Passivos financeiros ao custo amortizado - Recursos de emissão de títulos (nota 9)	8.633	10.420
Outras obrigações (nota 13)	13.598	37.666
Total	176.961	114.845

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo:

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto aqueles mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e, sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros” na demonstração do resultado.

Os “Empréstimos e recebíveis” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objetos de *hedge* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao risco objeto dos *hedges*.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Companhia ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e “Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, os quais são reconhecidos por seu valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos períodos findos em 31/12/2015 e 31/12/2014, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Companhia para apurar seu valor justo:

	31/12/2015	31/12/2014
	Nível II ^(a)	Nível II ^(a)
Ativos financeiros para negociação	74.264	191.334
Ativos financeiros disponíveis para venda	185.542	51.177
Passivos financeiros para negociação	-	145
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	154.730	66.614

(a) Nível II - Modelos Internos

Os métodos adotados pela Companhia para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme demonstrado abaixo:

- Nível I: A Companhia utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Em 31/12/2015 e de 31/12/2014, não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse Nível.

- Nível II: Na ausência de cotações públicas, a Administração, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares). Estão incluídos nesse Nível, principalmente, investimentos em certificados de recebíveis imobiliários, operações de recebíveis imobiliários, obrigações de empréstimos no exterior, e operações de *swap* (derivativos) e respectivo objeto de *hedge*. Os ativos financeiros e respectivos critérios de avaliação estão apresentados na tabela que segue.

- Nível III: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31/12/2015 e 31/12/2014, não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse Nível.

A seguir, os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em modelos internos (Nível II) em 31/12/2015 e em 31/12/2014:

	31/12/2015 ^(a)	31/12/2014 ^(a)	Técnicas de avaliação
ATIVO			
Ativos financeiros para negociação			
Recebíveis imobiliários	60.943	161.062	Método do valor presente
Derivativos	13.321	30.272	Método do valor presente
Total	74.264	191.334	
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida	185.542	51.177	Método do valor presente
Total	185.542	51.177	
Total do Ativo	259.806	242.511	
PASSIVO			
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Obrigações de empréstimos no Exterior	154.730	66.614	Método do valor presente
Derivativos	-	145	Método do valor presente
Total do Passivo	154.730	66.759	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

(a) Valores justos calculados utilizando-se modelos internos.

Principais premissas:

Instrumentos de dívida	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Recebíveis imobiliários	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Derivativos	Operação de <i>swap</i> onde a posição na curva é calculada a partir da valorização do valor notional de acordo com as condições estabelecidas com a contra parte, e a posição MTM é calculada levando o fluxo de pagamento ao valor futuro pela condição contratada, e trazendo ao valor presente utilizando as curvas de Cupom, CDI e DI x IGPM divulgadas pela BM&FBovespa.
Obrigações de empréstimos no Exterior	Operação de empréstimo onde a posição a valor justo é calculada a partir da valorização do principal em dólar até o vencimento, de acordo com as condições estabelecidas em contrato, trazida ao valor presente pelas condições de mercado e convertida em Reais pelo PTAX de venda.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros para negociação, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

v. Operações de hedge

A Brazilian Securities utiliza derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) *hedge accounting* e *hedge* econômico cambial para proteção contra oscilações na cotação do dólar (passivo com o BID) e (ii) *hedge* econômico para operações securitizadas.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

i. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

ii. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

iii. Se a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido, e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a. Se a Companhia não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

b. Se a Companhia retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

c. Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que gerarem tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem, houverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

d. Os recebíveis imobiliários e do agronegócio, lastros de operações de securitização sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs respectivamente. Eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com seus períodos de competência, estando registrados na rubrica "Benefício residual em operações securitizadas", no ativo não circulante, líquido de eventuais provisões para garantias.

e) Ativos financeiros não recuperáveis:*i. Definição*

Um ativo financeiro é considerado não recuperável e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação, quando há evidência objetiva da ocorrência de eventos que:

- No caso de instrumentos de dívida, ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação.
- No caso de instrumentos de patrimônio, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.

Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com uma despesa à demonstração do resultado referente ao período em que a não-recuperação se tornar evidente, e a reversão, se houver de perdas por não-recuperação previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Quando a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas entidades para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.

A Companhia efetua a análise sobre a recuperação dos valores registrados como ativos financeiros, a fim de que sejam registradas as perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Como resultado dessa análise, a Companhia apurou que os referidos ativos não estão registrados por montantes superiores aos valores prováveis de recuperação, fato pelo qual não houve a necessidade de efetuar eventuais ajustes.

ii. Empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda por não-recuperação incorrida sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados e é apresentado como uma redução do saldo do ativo ajustado.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se esperam obter ao longo da vida remanescente do ativo, incluindo, conforme o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada para o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não-recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber.
- Os vários tipos de riscos a que cada ativo está sujeito.
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Especificamente em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um ativo torna-se não recuperável quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em mora ou por outros motivos.

Em relação às operações de recebíveis imobiliários e do agronegócio, referidos contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do ativo objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas prováveis decorrentes da inadimplência, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

iii. Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição

A perda por não-recuperação de instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

Perdas por não-recuperação são reconhecidas na demonstração do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

f) Operações compromissadas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Compras de ativos financeiros com base em um contrato de revenda não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial como financiamento concedido, com base na natureza do devedor, sob a rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”. Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- i. Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- ii. Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- iii. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

h) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando o desfecho das transações podem ser confiavelmente estimados, na proporção dos serviços prestados até a data das demonstrações financeiras.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j) Demonstração dos fluxos de caixa:

Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- i. Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- ii. Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- iii. Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- iv. Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento.
- v. Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor, foram classificadas como "Caixa e equivalente de caixa".

k) Honorários da Diretoria e participação de empregados no lucro:

Os honorários da Diretoria e participação de empregados nos lucros são provisionados ao longo de cada período, e são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, respectivamente, e sua provisão é efetuada em função de se constituírem obrigações construtivas, no âmbito do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

l) Lucro líquido por ação:

O lucro líquido por ação é apurado mediante divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média de ações existentes ao longo do exercício. Não existe diferença entre o lucro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

líquido por ação básico e o diluído.

m) Apresentação das informações por segmentos:

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22 – Informações por Segmentos.

n) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

- i. Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas nas notas 2b e 2c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".
- ii. Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 2i, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 11 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.
- iii. Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 2d, os recebíveis imobiliários e do agronegócio, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e CRAs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência. A nota 27 apresenta informações detalhadas dos CRIs e dos CRAs.

o) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes:

o.1) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 31/12/2015

- IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados – regra determina que a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros para fins de contabilização de planos de benefícios definidos. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

o.2) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para fins da IFRS em períodos após a data destas demonstrações financeiras:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – este normativo visa substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e inclui: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de *hedge*. Efetivo a partir de 01/01/2018. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui a IAS 18, IAS 11, IFRICs 13, 15 e 18. Efetivo a partir de 01/01/2018 e o IASB permite a adoção antecipada. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – alteração compreende os critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos e operações controlados em conjunto, que constituem um negócio, conforme estabelecido no IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetivo a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessas alterações serão avaliados quando houver este tipo de operações em conjunto.

- Alterações IAS 16 – Imobilizado e IAS 38 – Ativos Intangíveis – normativo esclarece o princípio para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo de benefícios econômicos futuros do ativo. Efetivo a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

- Alterações IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto (*joint venture*) – alterações referem a uma inconsistência entre as exigências das duas regras ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Efetivo a partir de 01/01/2016 com adoção antecipada permitida pelo IASB. Os impactos estão sendo avaliados para fins de elaboração das demonstrações financeiras.

- Alterações IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – tem o objetivo de incentivar as instituições a identificar quais são as informações que são relevantes para serem divulgadas nas suas demonstrações contábeis. É esclarecido que a materialidade se aplica para o conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo também as notas explicativas e aplicável para todo e qualquer requerimento das normas IFRS. Efetivo a partir de 01/01/2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

- Alterações no IAS 27 – Demonstrações Separadas – alterações permitem a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Efetivo a partir de 01/01/2016. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

- Alterações IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação – documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivo a partir de 01/01/2016 e adoção antecipada permitida pelo IASB.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – alterações contemplam a revisão do IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetivo para os exercícios iniciados em 01/01/2016, com adoção antecipada permitida pelo IASB. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

p) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	2	2
Depósitos bancários	2.619	7.458
Total	2.621	7.460

4) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

		31/12/2015	31/12/2014
Classificação:			
Ativos financeiros disponíveis para venda		216.824	51.177
Empréstimos e recebíveis		55.589	42.423
Total		272.413	93.600
Tipo:			
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	Livre	122.223	51.177
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Livre	39.674	4.628
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Livre	31.282	-
Letras de Crédito Agrícola - LCA	Livre	-	5.977
Certificados de Depósito Bancário - CDB ^(a)	Vinculado	12.783	18.712
Fundo de Investimento de Renda Fixa ^(b)	Vinculado	3.132	13.106
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Vinculado	63.319	-
Total		272.413	93.600

(a) Inclui, em 31/12/2015, R\$ 1.083 (31/12/2014 - R\$ 999) depositados a título de seguro caução na aquisição de recebíveis, R\$ 2.761 (31/12/2014 - R\$ 2.989) correspondente a recursos de aplicações financeiras vinculadas as securitizações de recebíveis com cláusula de cobertura de patrimônio líquido negativo, R\$ 8.939 (31/12/2014 - R\$ 12.627) vinculados ao pagamento de carteiras de recebíveis adquiridas e cobertura de inadimplências, Em 31/12/2014 - R\$ 2.097 depositados em garantia de fluxo de recebíveis em operação de securitização, para cobertura de inadimplências em operações estruturadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

(b) Inclui, em 31/12/2014 - R\$ 10.866 correspondente a saldo vinculado para uma possível cobertura de inadimplência, por parte do cedente dos créditos, das séries 212 e 308, R\$ 3.132 (31/12/2014 - R\$ 2.240) restrito ao contrato de linha de crédito com o BID.

Os instrumentos de dívida apresentam os seguintes vencimentos finais e taxas de remuneração:

31/12/2015		
Descrição	Taxa	Vencimento final
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	7,20% ao ano a 38,37% ao ano + IGPM e, 11,00% ao ano + TR e, de 11,50% ao ano sem indexação.	20/12/2040
Certificados de Depósito Bancário - CDB	77,68% a 101,00% CDI	14/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	100,00% CDI	01/09/2020
Fundo de Investimento de Renda Fixa	100,75% CDI	Não aplicável

31/12/2014		
Descrição	Taxa	Vencimento final
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	8,00% ao ano a 37,34% ao ano + IGPM e, 11,00% ao ano + TR e, de 11,50% ao ano a 12,50% ao ano sem indexação.	25/05/2043
Certificados de Depósito Bancário - CDB	87,38% a 101,00% CDI	04/11/2021
Letras de Crédito Agrícola - LCA	90,00% CDI	23/03/2015
Fundo de Investimento de Renda Fixa	96,00% a 102,50% CDI	Não aplicável

Qualidade do crédito: Os certificados de depósito bancário e as cotas de fundos de investimento de renda fixa são efetuados junto a bancos nacionais de primeira linha. Os CRIs são considerados, pela Administração, instrumentos de baixo risco de crédito por estarem lastreados em recebíveis imobiliários e, portanto, de boa capacidade de pagamento, dadas características e garantias. Portanto, são todos considerados como ativos de boa capacidade de pagamento.

5) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

a) Composição:

Compreendem carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas pela BS, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários. A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Recebíveis Imobiliários” é a seguinte:

Ativos financeiros para negociação	31/12/2015	31/12/2014
Recebíveis imobiliários de empresas nacionais	60.943	161.062

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Detalhes:

	Indexadores	Juros % a.a.	31/12/2015	31/12/2014
Tranches 95 e 96 ^(a) ^(b)	TR	8,65%	6.182	7.768
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI - BS ^(b)	TR, INCC, IGPM, IPCA, CDI e sem correção monetária.	0,00% até 20,05%	54.761	153.294
Total			60.943	161.062

(a) As referidas tranches já foram securitizadas sendo utilizadas como lastro dos títulos registrados na rubrica "Recursos de emissão de títulos", porém sem a transferência integral dos riscos e benefícios, motivo pelo qual permanecem registradas no Balanço Patrimonial, cujo vencimento é 08/09/2027.

(b) Em 31/12/2015, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários é de R\$ 6.816 (31/12/2014 - R\$ 6.892).

c) Qualidade do crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados como ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

6) OUTROS EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	31/12/2015	31/12/2014
Serviços prestados a receber	251	298
Transações pendentes de liquidação ^(a)	1.295	1.439
Outros	879	706
Total	2.425	2.443

(a) Correspondem a valores a receber: (i) de transferência de recursos alocados temporariamente em operações de securitização para o pagamento de custas de emissão de série estruturada conforme termo de securitização e, cobertura de *rating*, (ii) referentes a repasses de taxas de cobrança de contratos cuja a gestão de recebíveis é efetuada pela Companhia e, (iii) pela renegociação da aquisição de contratos de créditos imobiliários junto a empresas não ligadas.

7) OUTROS ATIVOS

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos para salários e férias	14	19
Bens não de uso próprio ^(a)	11.494	1.183
Despesas a apropriar	1.973	1.035
Total	13.481	2.237

(a) BNDU - Ativos não depreciables recebidos pela Companhia em liquidação total de ativos financeiros, representativos de contas a receber de terceiros, destinados a venda até um ano, mensurados ao custo e reduzidos ao valor de realização com a constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos, conforme aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia adquiriu junto a instituições financeiras, em mercado de balcão, instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de *swap*. Os referidos *swaps* foram adquiridos com intenção de *hedge* de operações da Companhia.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento/ Posição:	31/12/2015				31/12/2014			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:								
- Dólar	136.676	13.321	15.429	(2.108)	194.914	30.272	31.511	(1.239)
Posição passiva:								
- DI	136.676	-	-	-	197.839	(145)	(36)	(109)
Total		13.321	15.429	(2.108)		30.127	31.475	(1.348)

b) Abertura por vencimento (valor de referência):

Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31/12/2015
Swap						
Posição ativa:	-	-	-	-	136.676	136.676
Posição passiva:	-	-	-	-	136.676	136.676

Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31/12/2014
Swap						
Posição ativa:	-	-	194.914	-	-	194.914
Posição passiva:	-	-	197.839	-	-	197.839

c) Hedge contábil:

Em 2015 foi realizado hedge como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto ao BID, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como *hedge* de risco de mercado.

	31/12/2015
Valor de Mercado	
Instrumento de hedge:	
- Swap	82.250
Objeto de hedge:	
- Empréstimo no Exterior	76.521

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Companhia, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Companhia principalmente para proteger a taxa de juros ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em "Resultado de ativos e passivos financeiros (líquido)" no resultado e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

Todas as operações de *swap* que compõem a carteira da Companhia foram negociados em mercado de balcão, tendo como contraparte Instituições Financeiras privadas, são registradas na CETIP e sem a existência de margens dadas em garantia.

A apuração do valor de mercado (valor justo) pela Companhia foi efetuada com a participação direta da área de Risco de Mercado, a qual adotou como uma de suas principais premissas: a utilização de taxas e índices divulgados pela BM&FBOVESPA, ANBIMA, BACEN e FGV, conforme aplicável. A exposição máxima a eventuais riscos de crédito provenientes de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor justo dos referidos instrumentos.

9) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	Index	Juros % ao ano senior	Juros % ao ano júnior	31/12/2015	31/12/2014
Séries 95 e 96 ^(a)	TR	6,59	15,63	8.633	10.420
Total				8.633	10.420

(a) Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs com vencimento até 08/09/2027.

10) OBRIGAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Em 15/05/2015 a Companhia liquidou a linha de crédito captada junto ao BID (Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado), referente a contratos firmados nos anos de 2006 e 2010. Em 29/05/2015, a Companhia firmou um novo contrato de linha de crédito com o BID, no montante de até US\$ 125 milhões, sendo US\$ 75 milhões aprovados e com acréscimo de até US\$ 50 milhões dependendo do resultado da sindicalização do empréstimo no mercado, com vencimento em 15/02/2022. Em 31/12/2015 a Companhia já havia captado R\$ 154.730 (US\$ 40 milhões) (31/12/2014 – R\$ 66.614 (US\$ 25 milhões)).

11) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	10.960	13.165
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes.	(3.726)	(4.476)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	(75)	25
Receita de imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.801)	(4.451)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para contingências cíveis	129	196	(24)	301
Provisão para contingências trabalhistas	23		(4)	19
Provisão para contingências tributárias	-	2	-	2
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	1.288	1.918	(1.429)	1.777
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	5.593	6.189	(11.065)	717
Variação cambial	3.622	11.520	(9.384)	5.758
Outras provisões	46	168	(47)	167
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	10.701	19.993	(21.953)	8.741
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	10.701	19.993	(21.953)	8.741
Obrigações fiscais diferidas	(6.933)	(16.679)	15.997	(7.615)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.768	3.314	(5.956)	1.126

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2015, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 01/02/2016.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Para tanto, a Companhia adotou critérios previstos no CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/2009 e a Instrução CVM nº 371/2002, no que a regra anterior não conflite com a norma posterior. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias	
	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	10.614
2016	2.430	45
2017	145	42
2018	126	-
2019	105	-
2020	105	-
2021	14	-
2022	5.816	-
Total	8.741	10.701

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em 31/12/2015, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 4.512 (31/12/2014 - R\$ 9.453).

d) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(6.933)	(16.679)	15.997	(7.615)
Total	(6.933)	(16.679)	15.997	(7.615)

12) PASSIVOS FISCAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para imposto de renda diferido	7.615	6.933
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.916	4.493
COFINS a recolher	331	19
PIS a recolher	54	3
Impostos e contribuições sobre salários	436	166
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	5	19
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	30	36
Outros	-	20
Total	11.387	11.689

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações por aquisições de recebíveis ^(a)	4.314	23.510
Valores a repassar ^(b)	2.911	6.935
Participações nos lucros a pagar ^(c)	535	735
Obrigações com fornecedores	999	643
Provisão para contingência ^(d)	949	446
Dividendos a pagar	1.700	2.070
Provisão para pagamentos a efetuar	429	467
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.064	2.860
Outras	697	-
Total	13.598	37.666

(a) Referem-se a valores a pagar pela aquisição de recebíveis imobiliários, com vencimento substancialmente até 20/09/2024, atualizadas por percentuais de 77,50% a 100% do CDI e 12,68% ao ano + IGPM e 9,4467 ao ano + IPCA, conforme respectivos contratos.

(b) Referem-se a valores a repassar em virtude de garantia fiduciária recebida, devido a fluxos de recebíveis imobiliários adquiridos, e, recebimentos de créditos imobiliários de carteira de "terceiros" cuja gestão de créditos é efetuada pela Companhia.

(c) Corresponde à provisão de Participação nos Lucros para funcionários.

(d) Refere-se à provisão para contingências cível, trabalhista e tributária, conforme nota 26b.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social e quantidade de ações:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2015 é de R\$ 174.201 (31/12/2014 - R\$ 170.229), e está dividido em ações ordinárias nominativas - escriturais, sem valor nominal. Em 30/09/2015 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 3.972, sem a emissão de novas ações, devido à incorporação de parcela cindida da antiga controladora direta Pan Holding S.A. (Nota 26e).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2015	31/12/2014
Ordinárias	77.864.966	77.864.966
Total	77.864.966	77.864.966

b) Dividendos:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Estatuto Social, a distribuição de dividendos será no mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, após a destinação para reserva legal.

c) Reservas:

Do lucro líquido apurado, após eventuais deduções e provisões legais, serão efetuadas as seguintes destinações:

Reserva legal: Deve-se destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, a BS poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social

Reserva de capital: De acordo com a legislação societária brasileira, a reserva de capital é composta de ágio pago pela Companhia na subscrição de ações que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social. A reserva de capital somente pode ser utilizada para: (1) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (2) incorporação ao capital social; ou (3) pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reservas para expansão: Após a destinação dos dividendos, o saldo remanescente será retido para reinvestimento nas atividades da Companhia, com base em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Ajustes de avaliação:

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido, e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado.

d) Lucro por ação:

A seguir apresentamos a composição do lucro por ação básico e diluído em Reais:

	31/12/2015	31/12/2014
Básico/Diluído:		
Lucro líquido	7.159	8.714
Quantidade de ações ordinárias	77.865	77.865
Lucro líquido por ação ON (em Reais):	0,09194	0,11191

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

15) RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	7.186	8.520
Instrumentos de dívida	13.379	671
Recebíveis imobiliários ^(a)	26.753	36.355
Variação cambial ^(b)	27.602	21.130
Total	74.920	66.676

(a) Em 31/12/2015, inclui o lucro apurado na venda de recebíveis imobiliários para o Banco PAN, no montante de R\$ 625, em (31/12/2014 - R\$ 9.708).

(b) Resultado de variação cambial - Empréstimo BID (nota 10).

16) DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações por títulos e valores mobiliários	1.114	1.202
Juros e correção monetária por aquisição de recebíveis	3.268	3.761
Variação cambial ^(a)	53.189	29.347
Total	57.571	34.310

(a) Resultado de variação cambial - Empréstimo BID (nota 10).

17) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

Inclui resultados gerados pela variação dos saldos dos patrimônios separados, líquidos de eventuais garantias prestadas, das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento de extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. O valor em 31/12/2015 é R\$ 7.564 (31/12/2014 - R\$ 6.657).

18) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

É composta pelos valores de todas as receitas auferidas pela prestação de serviços acumuladas em favor da Companhia no exercício.

	31/12/2015	31/12/2014
Emissão de CRI/CRA	1.728	3.070
Total	1.728	3.070

19) GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (que não são instrumento de patrimônio) são compostos de resultados na alienação e ajustes de avaliação ao valor justo dos instrumentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos.

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado com operações de derivativos - <i>swap</i>	18.582	(4.693)
Total	18.582	(4.693)

20) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Variações monetárias ativas	1.655	546
Provisão para contingências ^(a)	(574)	138
Reembolso de despesas	787	967
Demais receitas e (despesas) operacionais	(499)	(98)
Total	1.369	1.553

(a) Inclui basicamente despesas com contingência cível, conforme nota 26b.

21) DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração direta do pessoal chave:		
Honorários da diretoria	8.410	739
Demais remunerações diretas	3.336	4.648
Custos previdenciários	2.697	1.368
FGTS	407	460
Benefícios	968	1.376
Treinamento	15	43
Total	15.833	8.634

22) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2015	31/12/2014
Relatórios técnicos	7.187	5.239
Serviços do sistema financeiro	1.966	1.257
Tecnologia e sistemas	925	910
Aluguéis e condomínios	660	737
Publicidade	699	696
Serviços de terceiros	391	166
Despesas de cartório	934	803
Comunicações	67	109
Despesas de viagem	75	45
Outras	180	164
Total	13.084	10.126

23) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2015	31/12/2014
ISS	86	154
COFINS	2.789	2.252
PIS	453	366
Outros tributos federais	434	513
Outros tributos municipais	1.847	1.584
Total	5.609	4.869

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Transações com partes relacionadas:

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Grupo são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado. As transações com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

	Grau de relação	Prazo máximo	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Caixa Econômica Federal Disponibilidades	Controladora indireta	Sem prazo	914	2.096	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. Valores a Pagar ^(a)	Coligada	Sem prazo	-	(5)	-	-
Brazilian Mortgages Cia. Hipotecária Valores a Receber	Coligada	31/01/2016	50	-	-	-
Banco PAN Disponibilidades	Controlador direto	Sem prazo	5	3	-	-
Certificados de Depósito Bancário		14/12/2018	37.735	3.063	1.471	1.417
Letras de Crédito do Agronegócio		Sem prazo	-	5.977	283	59
Valores a Pagar		Sem prazo	(28)	(32)	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		15/02/2022	13.321	23.503	16.654	1.732
Cessão de Crédito ^(b)		Sem prazo	(1.036)	(2.459)	-	-
Dividendos a Pagar ^(c)		31/12/2016	(1.700)	-	-	-
Pan Holding S.A. Dividendos a Pagar	Controlador direto	31/12/2015	-	(2.070)	-	-
Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM Prestação de serviços	Coligada	Sem prazo	-	-	36	-

(a) Reembolso de valores referentes a despesas administrativas;

(b) Referem-se substancialmente a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito cedidas ao Banco PAN, valores estes que serão repassados ainda em janeiro de 2016; e

(c) Dividendos propostos calculados sobre o lucro do exercício de 2015. Em 30/09/2015 ocorreu a cisão total da Pan Holding S.A. (antiga controladora da BS), tendo seu patrimônio restante incorporado pelo Banco PAN.

b) Remuneração da Administração:

A remuneração do pessoal chave da Administração está divulgada na Nota 21 e refere-se a benefícios de curto prazo.

25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS
• Gestão de Riscos

A Brazilian Securities possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Gestão do Capital**

A Brazilian Securities considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da Brazilian Securities é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas das demonstrações da Organização. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2015

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	Cenários		
		(1)	(2)	(3)
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Prefixadas	(3)	(1.019)	(1.759)
Cupom de Índices de Preços	Taxas dos Cupons de Índices de Preços	(55)	(9.161)	(17.255)
Cupom de Outras Taxas de Juros	Taxas dos Cupons de Outras Taxas de Juros	(1)	(188)	(334)
Moeda Estrangeira	Cambial	-	(8)	(15)
Total em 31/12/2015		(59)	(10.376)	(19.363)
Total em 31/12/2014		(1.103)	(69.479)	(126.325)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2015, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Brazilian Securities mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no link Relatório de Gerenciamento de Riscos no site www.bancopan.com.br/ri.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo:

Os ativos financeiros de propriedade da Companhia são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros da Companhia - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

Ativos e Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

Ativo	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis: ^(a)				
Instrumentos de dívida (Nota 4)	86.871	86.871	42.423	42.423
Benefício residual em operações securitizadas	8.433	8.433	10.211	10.211
Outros empréstimos e recebíveis (Nota 6)	2.425	2.425	2.443	2.443
Total	97.729	97.729	55.077	55.077

(a) Ainda que esses ativos não estejam sujeitos a marcação a mercado, seus saldos contábeis representam substancialmente os respectivos valores justos.

Passivo	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Recursos de emissão de títulos (Nota 9) ^(a)	8.633	8.633	10.420	10.420
Total	8.633	8.633	10.420	10.420

(a) Os valores justos calculados foram baseados nos fluxos descontados utilizando taxas de mercado de prazos equivalentes e considerando risco de crédito das emissoras.

b) Ativos e passivos contingentes:

Em 31/12/2015 e 31/12/2014, a Companhia possui registrada provisões para passivos contingentes cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

I – Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2015	31/12/2014
Processos trabalhistas	57	68
Processos cíveis	886	378
Processos tributários	6	-
Total	949	446

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	446	661
Constituições líquidas de reversões ^(a)	574	(138)
Pagamentos	(71)	(77)
Saldo final	949	446

(a) Refere-se a processos, os quais os autores pleiteiam substancialmente rescisão/revisão de contrato de compra e venda de imóvel.

Adicionalmente, em 2015, a Companhia possui processos cuja expectativa de perda está enquadrada como possível, portanto não provisionados, envolvendo o montante de R\$ 2.064 (31/12/2014 - R\$ 144).

c) Ativo intangível:

Em 31/12/2015, refere-se a R\$ 597 de *software* que está em fase de desenvolvimento. Corresponde à programa de gestão de ativos (31/12/2014 – R\$ 488).

d) Vencimento residual:

Em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente intervalo de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Caixa e equivalente de caixa	2.621	-	-	-	-	-	2.621
Instrumentos de dívida	3.132	6.268	28.342	92.486	130.546	11.639	272.413
Recebíveis Imobiliários	-	23.831	4.413	10.222	7.971	14.506	60.943
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	-	-	-	8.433	8.433
Derivativos	-	-	-	-	-	13.321	13.321
Outros empréstimos e recebíveis	-	2.425	-	-	-	-	2.425
Total	5.753	32.524	32.755	102.708	138.517	47.899	360.156
Passivo:							
Recursos de emissão de títulos	-	293	1.262	1.929	5.149	-	8.633
Obrigações de empréstimos no Exterior	1.096	-	-	-	-	153.634	154.730
Obrigações por aquisição de recebíveis	136	3.238	209	731	-	-	4.314
Total	1.232	3.531	1.471	2.660	5.149	153.634	167.677

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Intervalo de liquidez para instrumentos financeiros, caixa e equivalente de caixa	4.521	28.993	31.284	100.048	133.368	(105.735)	192.479
--	--------------	---------------	---------------	----------------	----------------	------------------	----------------

É importante ressaltar que o intervalo de liquidez apresentado, em atendimento ao referido CPC, inclui somente os saldos dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e caixa e equivalente de caixa. Portanto, não estão apresentados no quadro anterior os saldos de demais componentes do ativo e passivo, como por exemplo, outros ativos e outras obrigações - diversos, créditos tributários e passivos fiscais, e, também, outros ativos não circulantes (investimentos em companhias e fundos controlados e imobilizado). Adicionalmente, também é de fundamental relevância destacar que a posição de liquidez apresentada trata-se de uma posição estática em 31/12/2015, a partir dos fluxos de vencimentos originais de cada operação. Enfim, não reflete mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado e, também, pelas operações e estratégias que foram ou possam vir a ser realizadas pela Companhia.

- e) A Companhia passou a ser controlada, diretamente, pelo Banco PAN, a partir de 30/09/2015. Anteriormente, a BS era controlada direta da Pan Holding S.A..

Na avaliação da Administração, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Financeiras.

27) INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	6.118	32.864
Aplicações financeiras	102.757	141.694
Recebíveis Imobiliários ⁽¹⁾	8.704.197	9.718.376
Outros Ativos	58.659	28.401
Total do Ativo	8.871.731	9.921.335
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽²⁾	8.788.892	9.797.053
Outros passivos	74.406	114.071
Total do Passivo	8.863.298	9.911.124
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas ⁽³⁾	8.433	10.211

(1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % ao ano a 20,05% ao ano (31/12/2014 – 0,00% ao ano a 19,80% ao ano) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 2,50% ao ano, e com vencimento até 22/01/2044;

(2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 77,50% ao ano (31/12/2014 – 0,00% ao ano a 77,50% ao ano) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% ao ano a 2,50% ao ano e com vencimento até 01/07/2043; e

(3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	4	-
Aplicações financeiras	197	-
Recebíveis Agronegócio ⁽¹⁾	717.387	-
Outros Ativos	-	-
Total do Ativo	717.589	-
Certificados de Recebíveis Agronegócio ⁽²⁾	717.372	-
Outros passivos	216	-
Total do Passivo	717.589	-
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas ⁽³⁾	-	-

(1) Os recebíveis do agronegócio são atualizados entre 98% a 100% do CDI, com vencimento até 14/03/2023;

(2) Os certificados de recebíveis do agronegócio são atualizados entre 98% a 100% do CDI, com vencimento até 14/03/2023; e

(3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis do agronegócio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31/12/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 01 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Luiz Acar Pedro

Vice-Presidente

Eduardo Almeida Prado

Membro Efetivo

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

DIRETORIA

Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretor

José Luiz Trevisan Ribeiro

Diretor RI

Eduardo Nogueira Domeque

Diretor

George Demetrius Nicolas Verras

Diretor

Leandro de Azambuja Micotti

Diretor

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Gregório Moreira Franco

Contador – CRC 1SP219426/O-2

Brazilian Securities
Companhia de Securitização
Demonstrações financeiras
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Brazilian Securities Companhia de Securitização

Examinamos as demonstrações financeiras da Brazilian Securities Companhia de Securitização (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazilian Securities Companhia de Securitização em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/ O-2

